



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0200242-2

HABEAS CORPUS

151

IMPETRANTE: JOSUALDO JOSÉ DE FRANÇA

PACIENTE: JOSUALDO JOSÉ DE FRANÇA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

EMENTA: HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NÃO ACOLHIMENTO. CONTRIBUIÇÃO DO PACIENTE. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52, STJ. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. WRIT DENEGADO. UNANIMIDADE.

1. *In casu*, deve-se levar em conta a contribuição do próprio paciente para o atraso na formação da culpa, pois ficou foragido por um largo período (quatro anos), retardando consideravelmente o andamento do feito.
2. A fuga do paciente do distrito da culpa demonstra a sua vontade de se furtar à aplicação da lei penal, sendo causa suficiente, por si só, para justificar a manutenção da prisão preventiva.
3. Fica superado o alegado excesso de prazo, vez que finda a instrução criminal, incidindo, na hipótese, a Súmula 52, do STJ.

4. *Habeas Corpus* denegado, por unanimidade.




ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 200242-2, onde figura como paciente Josualdo José de França, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

152

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0200242-2

153

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSUALDO JOSÉ DE FRANÇA

PACIENTE: JOSUALDO JOSÉ DE FRANÇA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

RELATÓRIO

JOSUALDO JOSÉ DE FRANÇA impetrou o presente *habeas corpus* em favor de si próprio, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Timbaúba.

O impetrante/paciente alega, em síntese, que foi preso por força de mandado de prisão expedido pelo Juízo da Comarca de Timbaúba em 20/04/2005 e se encontra custodiado no Presídio Ari Franco, Estado do Rio de Janeiro, pesando-lhe a acusação de prática do crime de formação de quadrilha.

Sustenta que há excesso de prazo para o término da instrução criminal, vez que se encontra custodiado há quase 05 (cinco) anos, configurando, pois, o constrangimento ilegal por ele suportado.

Pelos motivos acima expostos, requer a restauração de sua liberdade.

A autoridade apontada como coatora, solicitada a presta informações, relatou com detalhes como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 17/20.



A douta Procuradoria de Justiça se manifestou pela denegação da ordem às fls. 24/28, firmando entendimento segundo o qual a prisão do paciente não se reveste de ilegalidade.

É O RELATÓRIO.

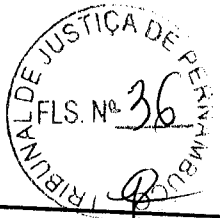
154

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0200242-2

155

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSUALDO JOSÉ DE FRANÇA

PACIENTE: JOSUALDO JOSÉ DE FRANÇA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

V O T O

Conforme relatado, o impetrante, ora paciente, alega, em síntese, que há excesso de prazo para o término da instrução criminal.

Dos esclarecimentos apresentados pelo Juízo de Direito da Comarca de Timbaúba, verifica-se que o paciente responde a processo criminal pela prática do delito de formação de quadrilha, tendo sido decretada a prisão preventiva em 27/04/2001, ocasião em que foi recebida a denúncia.

O Juízo processante relata, ainda, que a prisão do referido paciente só ocorreu em 20/04/2005, no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, 04 (quatro) anos após a decretação da custódia cautelar.

Resta patente, dos informes oficiais, que não há como dar guarida às alegações do impetrante/paciente. Ora, o alegado excesso de prazo não pode ser considerado, uma vez que o próprio paciente se encontrava foragido, por um longo período, o que retardou sobremaneira o andamento do feito. Não pode, pois, valer-se do argumento de que há excesso injustificado de prazo para a conclusão do feito quando o mesmo procrastinou o regular trâmite do processo.

Acrescente-se a isso, a necessidade de recambiamento do paciente do Presídio Ari Franco (Rio de Janeiro), local em que se encontrava recolhido, para a Comarca de Timbaúba.

Então, diante de tais fatos e do relato da autoridade impetrada, observo que a prisão do paciente se faz necessária para a garantia da aplicação da lei penal, levando-se em conta que, até o momento de sua captura, o intuito era o de se furtar à prestação jurisdicional.

Sobre o tema, o Tribunal de Justiça de Pernambuco se pronuncia da seguinte forma:

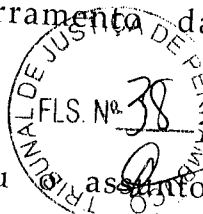
"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE DENUNCIADO PELA PRÁTICA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. FUGA DO RÉU DO DISTRITO DA CULPA. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. APRAZADO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME. I-A evasão do paciente do distrito da culpa, desatendendo aos chamados da justiça, possibilita a decretação de prisão preventiva para garantia da aplicação da lei penal, notadamente em processo do Tribunal do Júri, onde é vedado o julgamento em plenário sem a presença do réu. II-(Omissis). III-Habeas corpus denegado. Decisão Unânime." (HC 173515-1. Rel. Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção. 4ª Câmara Criminal. Julg.: 9/9/2008).

Outrossim, é de se ressaltar que antes de ser transferido para a Comarca de origem, o paciente foi citado e interrogado pelo Juízo da Vara Criminal do Rio de Janeiro, tendo sido realizada, ainda naquela Comarca, a oitiva das testemunhas de defesa. Após o recambiamento do citado paciente, o processo continuou a tramitar com regularidade, restando, pois, finda a instrução criminal.

Ora, o entendimento predominante, em relação a eventuais atrasos na marcha procedimental, é no sentido de desconsiderar a

ocorrência de constrangimento ilegal, diante do encerramento da instrução processual.

157



O Superior Tribunal de Justiça já pacificou através da Súmula nº. 52:

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Excelso: Por oportuno colaciono o seguinte julgado do Pretório

"HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETO FUNDAMENTADO. PERICULOSIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA Nº 52/STJ. 1. Revela-se razoavelmente justificada a custódia provisória na necessidade de garantia da ordem pública em razão da periculosidade concreta do paciente que, após ter dominado a vítima, mediante o uso de arma de fogo, ameaçou atear-lhe fogo, embebendo seu corpo com álcool, caso não entregasse o dinheiro e os bens que estavam dentro do cofre de sua residência, tendo amarrado seus braços e pernas e a amordaçado ao deixar o local, impondo-se notar, ademais, que foi reconhecido pelo Juiz de primeiro grau a existência contra o paciente de outra acusação de roubo também em residência, e, ainda, de uso de documento falso, inclusive sendo preso em flagrante, inexistindo o alegado constrangimento ilegal. 2. Encerrada a instrução criminal fica superada a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, a teor da Súmula nº 52 do STJ. 3. Habeas corpus conhecido em parte e denegado." (HC 119.673/SP, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 26/05/2009, DJe 15/06/2009)

Diante do exposto, presentes os motivos que a autorizam a manutenção da segregação e inexistindo ilegalidade a ser sanada, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem de habeas corpus pleiteada.**

É COMO VOTO.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR